

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022**

(processo nº 2021.0.000011277-6)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global**. A licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Resolução TSE nº 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 182/2013, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**DIA: 21 de fevereiro de 2022****HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília)****Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras>****Código UASG: 070017****1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto o **fornecimento de solução para captura, gravação, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de informações e áudio das sessões plenárias do TRE-RJ**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II. PROPOSTA PADRÃO

ANEXO III. DA PROPOSTA E DO VALOR ESTIMADO

ANEXO IV. MINUTA DO CONTRATO

2. DO PREÇO ESTIMADO

2.1. O preço global desta licitação foi estimado em **R\$ 75.906,36 (setenta e cinco mil, novecentos e seis reais e trinta e seis centavos)**, sendo esse o limite máximo para a contratação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.3. **Não** poderão participar desta licitação os licitantes:

- 3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.
- 3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- 3.3.3. Cuja falência tenha sido decretada, em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente, em recuperação extrajudicial, em concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.
- 3.3.4. Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.
- 3.3.5. Reunidos sob forma de consórcio.
- 3.3.6. Cooperativas, quando a natureza do serviço demandar relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa, bem como personalidade e habitualidade.
- 3.3.7. Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.
- 3.3.8. Empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 7º, inciso II, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010 e art. 2º, inciso VI, da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).
- 3.3.8.1. As vedações constantes no subitem 3.3.8 se estendem às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 meses após a desincompatibilização. (art. 2º, §3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).
- 3.3.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, §4º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).
- 3.3.9. Empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (art. 7º, inciso I, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010).

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento do licitante deverá ser realizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.1.1. O licitante deverá manter seu cadastro atualizado no SICAF.
- 4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.
- 4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-RJ por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a **proposta e os documentos de habilitação** exigidos no **item 10** deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.
- 5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação apresentados até a abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.1.2. O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação contemplados no SICAF, desde que válidos.
- 5.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em campo específico do sistema eletrônico, mediante preenchimento dos seguintes campos:
- a) preço total do item;**
- b) descrição do objeto ofertado.**
- 5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.
- 5.4. Os valores unitários e totais ofertados deverão observar o limite de 2 casas decimais após a vírgula, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a adequação do preço final ofertado, na fase de aceitação.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Na etapa prevista neste item, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, ocasião em que poderá ser solicitada documentação complementar para confirmação daqueles já apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da sessão pública será realizada pelo pregoeiro na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, através no sítio: <https://www.gov.br/compras>.

6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.3.1. O pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

6.5. O pregoeiro se comunicará com os licitantes através de campo próprio do sistema.

7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo **preço total do item**.

7.3. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.4.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos** e, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até **10 minutos**, encerrando automaticamente a recepção de lances.

7.4.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.4.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.

7.4.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes, cuja participação **NÃO** seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:

8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.

8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do **subitem 8.2**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do **subitem 8.2**, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precluído o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.3. Havendo empate entre propostas ou lances e ausência de desempate de ME/EPP, aplicar-se-á o critério de desempate do no art. 3º, §2º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no país;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no Edital.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar, no prazo máximo de **2 horas**, a contar da convocação do pregoeiro no sistema, proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme modelo do **Anexo II** do Edital.

9.3. As propostas serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos limites máximos estipulados no **subitem 2.1 do Edital**, observado o critério de julgamento do **menor preço total do item**.

9.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.

9.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

9.6. Não serão aceitas propostas com preço superior ao máximo estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro I, II, III e IV) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.

10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.

10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5**.

10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:

10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

10.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).

10.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

10.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica será exigido:

10.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação com prazo mínimo **de 1 ano**.

10.3.1.1. Será admitido o somatório de atestados como comprovação da capacidade do licitante para execução do objeto desta licitação.

10.3.1.2. Será aceito o somatório de atestados para comprovação do período mínimo de 1 ano, contudo os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.3.1.3. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior ou se foram objeto de prorrogação contratual.

10.3.1.4. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.4. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira será exigido:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.5. O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas no **subitem 3.3**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – Portal da Transparência; e

IV. Sistema de Inidôneos do TCU.

10.5.1. As consultas de licitantes pessoa jurídica, previstas nos incisos II, III e IV, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.3. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.

10.6.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

10.6.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá à desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.7. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.

10.8. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.

10.8.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.9.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

10.9.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

10.10. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.

10.11. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, aceitando ou não a intenção de recurso, justificadamente.

11.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Não se aplica.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação da licitação, será firmado contrato, conforme **Anexo IV** do Edital.

14.2. O prazo para assinatura do contrato será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, que terão sua autenticidade conferidas.

14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

14.5. Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato, o pregoeiro convocará outro licitante em nova sessão pública, na ordem de classificação, para examinar a proposta e requisitos de habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

- I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

15.3. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

15.4. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.6. A responsabilidade por atos praticados no decorrer da contratação encontra-se prevista no Termo de Referência.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal até às **19h00 do 3º dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: licita@tre-rj.jus.br.

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de **2 dias úteis**, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme regras definidas na Minuta de Contrato.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.030-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: **(21) 3436-8155 / 8156 / 8157** ou e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

18.1.1. O atendimento presencial encerra-se às 17h00, conforme art. 2º do Ato Conjunto PR-VPCRE nº 01, de 06/01/2022.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e

registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

18.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

18.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

CÓDIGO CATSER:

O DOCUMENTO SERÁ DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE COM O DO EDITAL, APÓS A MINUTA DE CONTRATO

PROPOSTA PADRÃO - ANEXO II

O DOCUMENTO SERÁ DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE COM O DO EDITAL, APÓS A MINUTA DE CONTRATO

DA PROPOSTA E DO VALOR ESTIMADO - ANEXO III

O DOCUMENTO SERÁ DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE COM O DO EDITAL, APÓS A MINUTA D CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO IV

CONTRATO Nº...../..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO PARA CAPTURA, GRAVAÇÃO, ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ÁUDIO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TRE-RJ.

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 388/2021.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), portador da Carteira de Identidade nº, expedida pelo (órgão expedidor/unidade da federação), e CPF sob o nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2022, instruído através do processo TRE nº 2021.0.000011277-6, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é o **fornecimento de solução para captura, gravação, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de informações e áudio das sessões plenárias do TRE-RJ**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Item	Descrição	Quantidade
1	Licença de uso perpétuo de software para gravação digital de áudio das sessões plenárias, controle e otimização do fluxo do processo de transcrição	14
2	Instalação e customização da solução para gravação digital de áudio	1

3	Treinamento de, no mínimo, 6 horas para 7 usuários e técnicos no processo de gravação, pesquisa e fluxo taquigráfico	1
4	Suporte técnico mensal contemplando a disponibilização de helpdesk para solução de dúvidas de uso e para a solução de problemas técnicos da solução, com atualizações de softwares da solução com a disponibilização periódica de novas versões para manutenções corretivas	12

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R\$(.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação para o exercício de, no valor de R\$ correrá por conta dos elementos 44.90.40.06-Aquisição de Software Sob Encomenda ou Customizado, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC; 33.90.40.2-Serviços Técnicos Profissionais de TIC, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-Pessoa Jurídica; 33.90.40.20'-Treinamento/Capacitação em TIC, natureza Serviços Técnicos Profissionais de TIC, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-Pessoa Jurídica e 33.90.40.07-Manutenção corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares relativos ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____, ficando a despesa no valor de R\$..... (.....) a ser empenhada no exercício de ____, à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo apenas o item 4, suporte técnico mensal, ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DO CONTRATANTE:

- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 6.1.2. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema.
- 6.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

6.2. DA CONTRATADA:

- 6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.
- 6.2.6. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.
- 6.2.7. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:

- 6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais

repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos itens 1, 2 e 3, a contratada deverá apresentar, após a conclusão do fornecimento/serviço relativo a cada item, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

7.2. O pagamento do item 4, a contratada deverá, mensalmente, após o encerramento do mês referente à execução do serviço de suporte técnico, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

7.3. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

7.4. O pagamento será realizado no prazo de até **30 dias**, contado do atesto dos serviços prestados, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.5. A fiscalização do contrato terá o prazo de **24 horas** para atestar a nota fiscal/fatura e encaminhá-la para pagamento, devendo ser observados os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

7.5.1. Em caso de erro na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no subitem 7.4 retornará à contagem inicial.

7.5.2. Caso a nota fiscal/fatura apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de **3 dias úteis**, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.6. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.7. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.8. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irrevogável durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

9.1. As regras e critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços estão previstos no **item VII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão previstas no **item VIII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

13.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de

Diretora-Geral do TRE/RJ

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1)

2)

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2022

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 07/02/2022, às 15:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://Lei%2011.419/2006).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2151280** e o código CRC **D7CFDA86**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.